## Vozes pró-Palestina estão sob censura

Definição expandida de antissemitismo, já transformada em leis, silencia opositores à guerra de Israel em Gaza

## Glenn Greenwald

Jornalista, advogado constitucionalista e fundador do The Intercept

## Folha de S. Paulo, 12.maio.2024

• • A primeira razão para defender a liberdade de expressão é por princípio: todos devem ter o direito de expressar suas opiniões sem o risco de punição criminal. Mas essa não é a única razão. A segunda é mais egoísta: é do interesse de cada um se levantar contra a censura porque invariavelmente a próxima opinião censurada pode ser uma com a qual você concorda.

No Brasil, assim como nos EUA e em todo o Ocidente, os opositores à guerra de Israel em Gaza estão sendo silenciados. Após os ataques de 7 de outubro, as leis mais extremas e autoritárias foram aprovadas com o objetivo de defender Israel de críticas, acusando ativistas pró-Palestina de incitar ódio contra judeus.

No início do mês, vimos o exemplo mais flagrante disso: a <u>Câmara dos EUA adotou uma</u> <u>definição radicalmente expandida de antissemitismo</u>, a ser incorporada ao arcabouço das leis federais antidiscriminação. <u>Essa nova definição</u> inclui diversos exemplos de opiniões sobre Israel e indivíduos judeus que, ainda que errôneas, são claramente válidas e devem ser permitidas.

Entre as opiniões proibidas: comparar os crimes de Israel aos crimes nazistas, criticar Israel aplicando uma "dualidade de critérios" frente a críticas feitas a outros países, expressar a ideia de que os judeus foram responsáveis pela morte de Jesus, alegar que um indivíduo judeu tem maior lealdade a Israel que a seu próprio país. É totalmente razoável achar algumas dessas opiniões erradas ou até ofensivas, mas é extremamente repressivo e perigoso que elas sejam criminalizadas.

É importante notar que é admissível criticar qualquer outro país —até o Brasil ou os EUA—usando dois pesos e duas medidas; só é proibido fazê-lo sobre Israel. Também é perfeitamente aceitável acusar os evangélicos, por exemplo, de ter uma lealdade suprema a Israel —só estamos proibidos de dizer isso sobre judeus.

Em um desenvolvimento alarmante, o estado do Rio de Janeiro, sob a liderança do governador Cláudio Castro (PL), copiou os EUA e <u>adotou essa definição expandida</u>, que já fora <u>adotada oficialmente por São Paulo</u> sob Tarcísio de Freitas (Republicanos).

As ameaças não são apenas hipotéticas: o jornalista judeu Breno Altman, <u>reiteradamente</u> <u>perseguido e censurado por suas críticas a Israel</u>, é um exemplo eloquente. O mesmo vale para as <u>ameaças levantadas contra o PCO</u> por "discurso de ódio" que se seguiram às duras críticas feitas pelo partido a Israel.

Nos EUA, as ameaças são ainda mais extremas. O governador republicano da Flórida, Ron DeSantis, <u>baniu das universidades todos os grupos de uma organização pró-Palestina</u>. O governador do Texas, Greg Abbott, <u>aprovou uma lei para "proibir o antissemitismo" e criar um "ambiente seguro nas universidades"</u>, em uma tentativa de criminalizar protestos estudantis tão chocante que até setores da direita dos EUA se opuseram. Isso sem contar as inúmeras pessoas que perderam seus empregos em veículos de mídia e em faculdades por criticar Israel.

Nas últimas décadas, aqueles que defendem os palestinos sempre estiveram entre os alvos mais frequentes da censura nos EUA. Alguns dos exemplos mais marcantes são o acadêmico judeu Norman Finkelstein, filho de sobreviventes do Holocausto, que teve sua carreira destruída pelo lobby pró-Israel; o professor Steven Salaita, que, apesar de qualificado e recomendado pelas instâncias relevantes, teve sua contratação pela Universidade de Illinois cancelada devido a críticas aos bombardeios israelenses em Gaza em 2014; e o grupo Estudantes por Justiça na Palestina, que teve seu reconhecimento negado pela Universidade de Fordham por sua posição política.

Todos esses exemplos são derivados da mesma mentalidade por trás da campanha de censura contra a direita populista: é preciso coibir "discurso de ódio", não se pode "incitar ódio" contra israelenses e judeus, não se pode defender genocídio (esse argumento, mais versátil, é igualmente brandido contra manifestantes pró-Israel e pró-Palestina) e algumas opiniões políticas ultrapassam a linha do razoável.

É importante lembrar que a censura é a arma dos poderosos, nunca dos marginalizados. Aqueles que seguram a espada da censura não se importam se as opiniões são de esquerda ou de direita.

As opiniões censuradas são aquelas que ameaçam o establishment, independentemente de onde se originam. É por isso que todos aqueles que se opõe aos Poderes constituídos, sejam eles de esquerda ou de direita, têm um interesse em comum: defender a liberdade de expressão.